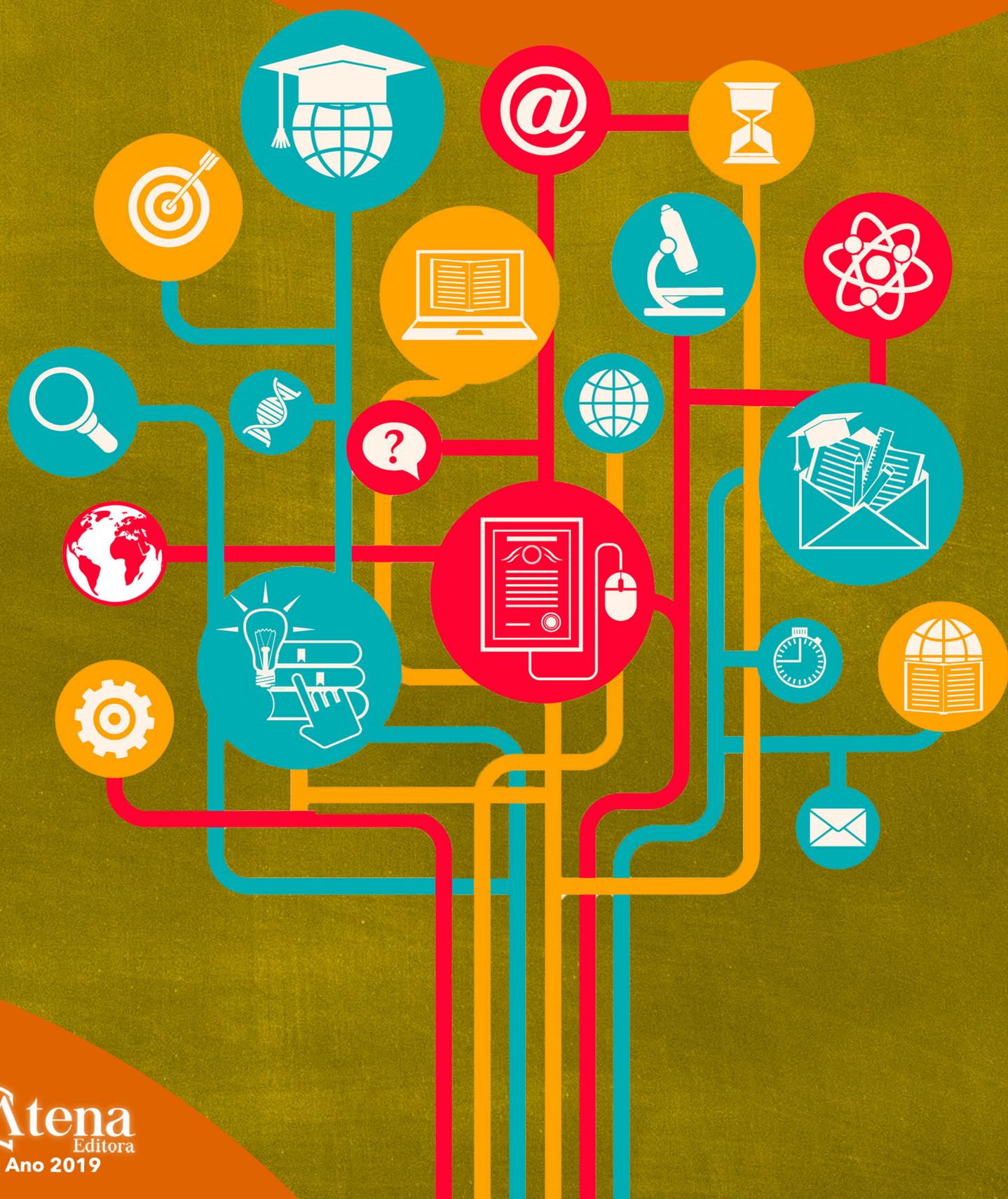


Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições 2



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no Brasil e no mundo [recurso eletrônico] : avanços, limites e contradições 2 / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Educação no Brasil e no Mundo. Avanços, Limites e Contradições; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-480-1 DOI 10.22533/at.ed.801191107</p> <p>1. Educação. 2. Sociedade. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II.Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “A educação no Brasil e no mundo Avanços, Limites e Contradições” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

De acordo com Feldmann e D’Água (2009, p. 196), “mudar o tempo e o espaço da escola é inserir-se numa perspectiva de mudança das estruturas sociais, tendo como horizonte de possibilidades a transformação de uma sociedade injusta e excludente, em uma sociedade mais igualitária e incluyente”. Mudar nesse sentido, talvez signifique reconhecer que nos espaços escolares é a diferença que faz os seres humanos iguais, ou que pela equidade temos o direito de ser diferentes.

Assim, na atualidade, a escola enquanto instituição social responsável pela aquisição do saber, principalmente, o sistematizado, deve repensar suas práticas, na tentativa de embasar-se numa perspectiva científica para desenvolver uma gama de projetos, mesmo com as dificuldades de materiais e dos profissionais.

As responsabilidades da escola vão além de simples transmissora de conhecimento científico. Sua função é muito mais ampla e profunda. Tem como tarefa árdua, educar a criança para que ela tenha uma vida plena e realizada, além de formar o profissional, contribuindo assim para melhoria da sociedade em questão. Como afirma Torres (2008, p. 29): uma das funções sociais da escola é preparar o cidadão para o exercício da cidadania vivendo como profissional e cidadão. O que quer dizer que, a escola tem como função social democratizar conhecimentos e formar cidadãos participativos e atuantes.

O Estado deve garantir o acesso à educação a todas as pessoas, sem discriminação, respeitar e valorizar a docência, assegurar formação continuada e condições de trabalho satisfatórias. E mais: as liberdades de expressão de ensinar e de aprender, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas que devem se conjugar com as necessidades específicas dos diferentes públicos da educação, contempladas segundo a perspectiva inclusiva e laica, permitindo que a escola se adeque às necessidades e corresponda às realidades de seus estudantes. A qualidade da educação envolve cada um desses critérios e, implica um empenho à favor da promoção da equidade e da diversidade, bem como, o enfrentamento a toda forma de preconceito e discriminação.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
IMPACTOS GERADOS PELA CONSTRUÇÃO CIVIL: O TEMA SUSTENTABILIDADE GANHA MAIS RELEVÂNCIA NO ENSINO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO	
Dalva Olivia Azambuja Ferrari	
DOI 10.22533/at.ed.8011911071	
CAPÍTULO 2	11
MEMÓRIA E DIVULGAÇÃO: AÇÕES EDUCACIONAIS DA CASA DA CIÊNCIA DO HEMOCENTRO DE RIBEIRÃO PRETO NA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	
Fernando Rossi Trigo	
Flávia Fulukava do Prado	
André Peticarrari	
Marisa Ramos Barbieri	
DOI 10.22533/at.ed.8011911072	
CAPÍTULO 3	29
METODOLOGIAS ATIVAS: AS DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS FRENTE AOS PROBLEMAS DE GESTÃO	
Wagner Cardoso Silva	
Ana Cristina Mende Muchon	
Daniela Vasconcelos Cardoso de Assunção	
Evelyne Lopes Ferreira	
Fabricia Candida Aparecida de Paula Raggi	
DOI 10.22533/at.ed.8011911073	
CAPÍTULO 4	44
INTERDISCIPLINARIDADE E INOVAÇÃO NO CONTEXTO DA GESTÃO EDUCACIONAL - UM CASO PRÁTICO	
João Leandro Cássio de Oliveira	
João Francisco Sarno Carvalho	
Carla Soares Godinho	
DOI 10.22533/at.ed.8011911074	
CAPÍTULO 5	58
MUSEU FAMILIAR E O PAPEL DA GUARDIÃ DE OBJETOS E MEMÓRIAS	
Frantieska Huszar Schneid	
Francisca Ferreira Michelin	
DOI 10.22533/at.ed.8011911075	
CAPÍTULO 6	70
NOSSOS DIAS: EDUCAÇÃO E RELIGIOSIDADE	
Leonardo da Silva Cezarini	
DOI 10.22533/at.ed.8011911076	

CAPÍTULO 7	81
O PROCESSO EXCLUDENTE QUE PROVOCA A EVASÃO ESCOLAR DE HOMENS E MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS	
Erikah Pinto Souza Jarles Lopes de Medeiros Alexsandra dos Santos Barbosa Marcos Adriano Barbosa de Novaes Johnantan Santiago Moura	
DOI 10.22533/at.ed.8011911077	
CAPÍTULO 8	92
O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO AUXÍLIO DO LETRAMENTO E COMUNICAÇÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO DE GRAU LEVE DE DOIS A SETE ANOS	
Franklin Façanha da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8011911078	
CAPÍTULO 9	104
POLÍTICAS E DIREITO DOS IDOSOS NA AGENDA SOCIAL BRASILEIRA	
Gisele Pasquini Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.8011911079	
CAPÍTULO 10	123
POR UMA PRAXIS EM PSICOLOGIA ESCOLAR HUMANISTA: DIALOGANDO COM PAULO FREIRE	
Evely Najjar Capdeville Sônia dos Santos Osvaldo Peixoto Leite	
DOI 10.22533/at.ed.80119110710	
CAPÍTULO 11	133
PRÁTICAS NA METODOLOGIA DE ENSINO DE BIOLOGIA – UMA PROPOSTA PARA AUXILIAR O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Larissa Gonzaga Ferreira Sílvia Dias da Costa Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.80119110711	
CAPÍTULO 12	139
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS NOVAS TECNOLOGIAS: O ENSINO DE HISTÓRIA E A LEI 11645/2008	
Cristiane Bartz de Ávila	
DOI 10.22533/at.ed.80119110712	
CAPÍTULO 13	150
PRESSUPOSTOS LIBERAIS, REFORMA DO ESTADO (1995) E A GESTÃO ESCOLAR	
Gislaine Buraki Kathelyn Kalyna Belli Suzanete Aparecida de Freitas Vaz	
DOI 10.22533/at.ed.80119110713	

CAPÍTULO 14	160
REFLEXÕES SOBRE O FENÔMENO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Patrícia Fortuna Wanderley Prazeres Andrea Berenblum	
DOI 10.22533/at.ed.80119110714	
CAPÍTULO 15	167
REINVENÇÃO DE PAULO FREIRE NA FORMAÇÃO PERMANENTE DE EDUCADORES EM UMA ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES	
Débora Monteiro do Amaral Valter Martins Giovedi	
DOI 10.22533/at.ed.80119110715	
CAPÍTULO 16	174
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Maria Aparecida Rodrigues Rocha Rayane da Cruz Silva Simone Regina Silva d`Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.80119110716	
CAPÍTULO 17	184
REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: UMA APROXIMAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	
Lina Maria Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.80119110717	
CAPÍTULO 18	195
SUBJETIVIDADES DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETOS DE EXTENSÃO: A EXPERIÊNCIA DA REVISTA ELO	
Patrícia Muratori de Lima e Silva Negrão	
DOI 10.22533/at.ed.80119110718	
CAPÍTULO 19	208
UMA INTERVENÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL EM CRIANÇAS COM HISTÓRICO DE FRACASSO ESCOLAR	
Quezia Crispa Isnardi Silvia Nara Siqueira Pinheiro Leticia Soares Leite Karen Pereira da Motta Lívia Magalhães Vidinha Mariana Souza de Oliveira Milene Bohm	
DOI 10.22533/at.ed.80119110719	
CAPÍTULO 20	217
USE OF CONCEPT MAPS AS A STRATEGY FOR TEACHING-LEARNING AND ASSESSMENT TOOL IN GEOGRAPHY LESSONS	
Márcio Aurélio Carvalho de Moraes Francisco Willians Makoto Plácido Hirano Tatiana de Sousa Araújo Gustavo de Castro Nery	
DOI 10.22533/at.ed.80119110720	

O PROCESSO EXCLUDENTE QUE PROVOCA A EVASÃO ESCOLAR DE HOMENS E MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

Erikah Pinto Souza

Universidade Federal do Ceará (UFC) – Ceará.

Jarles Lopes de Medeiros

Universidade Federal do Ceará (UFC) – Ceará.

Alexsandra dos Santos Barbosa

Universidade Federal do Ceará (UFC) – Ceará.

Marcos Adriano Barbosa de Novaes

Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Ceará.

Johnantan Santiago Moura

Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Ceará.

RESUMO: Historicamente, a população LGBT+ foi estigmatizada e teve vários direitos fundamentais negados. Apesar da violência e exclusão, a escola acaba sendo um dos poucos espaços sociais que lhes restam. Porém, uma simples visita à instituição, percorrendo seus espaços, logo percebemos que não é nada acolhedora. Louro (2004) destaca que, desde a sua criação, a instituição educativa segregou sujeitos, separou meninos e meninas, decidiu quem pode ou não estudar, além de conter a fluidez dos corpos. Dentre os LGBT+, existem alguns sujeitos que sofrem mais a segregação social: homens e mulheres transexuais e travestis. Para tais pessoas, essa realidade é bem difícil, uma vez que, bem mais do que modificar o corpo, escapam ao suposto padrão socialmente convencionado como “natural”. Ser mulher ou homem transexual e travesti na escola

significa TRANspor um conjunto de regras e se submeter a todos os tipos de agressões possíveis e imagináveis. Sobretudo, porque é na Educação Básica que as características e conflitos identitários se iniciam, como também a transição corporal. Assim, a escola não se configura como instituição ingênua e passiva, pois além de produzir práticas de exclusão, também as produz, conforme aponta Bourdieu (2009). Este trabalho apresenta uma reflexão acerca do perfil socioeducacional da população LGBT+ a fim de analisar os motivos que levam homens e mulheres transexuais e travestis a abandonarem os seus estudos. Os resultados apontam para uma prática educativa de exclusão, a qual silencia tais sujeitos, segregando-os, não oferecendo suporte didático-pedagógico com fins a evitar a evasão dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Evasão. LGBT+. Transexualidade. Travesti.

THE EXCLUDING PROCESS THAT CAUSES THE SCHOOL EVASION OF TRANSEXUAL MEN AND WOMEN AND TRAVESTIS

ABSTRACT: Historically, the LGBT + population was stigmatized and had several fundamental rights denied. Despite violence and exclusion, the school ends up being one of the few remaining social spaces. However, a simple

visit to the institution, going through its spaces, we soon realize that it is not at all welcoming. Louro (2004) points out that, since its creation, the educational institution has segregated subjects, separated boys and girls, decided who can study or not, and contain the fluidity of bodies. Among LGBT +, there are some subjects who suffer more from social segregation: transsexual men and women and transvestites. For such people, this reality is very difficult, since, rather than modifying the body, they escape the supposedly socially agreed standard of “natural”. Being a transsexual woman and man and transvestite in school means TRANSPUTING a set of rules and submitting to all sorts of possible and imaginable assaults. Above all, because it is in Basic Education that the identity characteristics and conflicts begin, as well as the corporal transition. Thus, the school does not set itself up as a naive and passive institution, because in addition to producing practices of exclusion, it also produces them, as Bourdieu (2009) points out. This work presents a reflection about the socio-educational profile of the LGBT + population in order to analyze the reasons that lead transgender and transsexual men and women to abandon their studies. The results point to an educational practice of exclusion, which silences such subjects, segregating them, not offering didactic-pedagogical support with a view to avoiding their evasion.

KEYWORDS: School. Evasion. LGBT+. Transsexuality. Transvestite.

1 | INTRODUÇÃO

O preconceito enraizado na sociedade já é o suficiente para descrever as dificuldades enfrentadas por homens e mulheres transexuais e travestis no dia a dia. A falta de dignidade humana, as múltiplas formas de violência e a invisibilidade social são alguns dos fatores que potencializam a segregação dessa população.

O estereótipo da marginalização é o mais contundente fator para a concretização da violência física praticada contra essa população. Segundo dados da ONG Transgender Europe¹, o Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis no mundo. Entre os anos de 2008 a 2015 foram cerca de 650 assassinatos.

Para além das violências físicas, que são geralmente realizadas na rua, existe a violência dentro da própria casa, a partir do momento em esses sujeitos que se percebem e se identificam como transexuais/travestis. Não tendo o apoio em casa, seguem na escola, buscando sempre a tão sonhada inclusão social. Porém, na instituição escolar, assim como na família, continuam a sofrer violências, impossibilitando-as(os) de continuarem os seus estudos e buscarem oportunidades no mercado de trabalho.

A maioria das mulheres transexuais e travestis, devido a todo esse processo excludente, acabam sendo “seduzidas” com a prostituição e visualizando nessa profissão a única oportunidade viável de sobrevivência e de realização da sua identidade. Esquece-se, no entanto, que as pessoas transexuais têm a mesma capacidade cognitiva e/ou profissional das demais pessoas, devendo ter, assim, as mesmas oportunidades de trabalho e educação.

1. Disponível em: <<http://tgeu.org>>. Acesso em: Dez/2018.

O presente artigo visa estabelecer informações relevantes sobre as formas de violência sofridas pela população transexual durante o seu percurso existencial, com foco na escola, apontando dados através de uma pesquisa quantitativa realizada em algumas escolas estaduais e municipais da região metropolitana da Cidade de Fortaleza - CE que afirma essa invisibilidade e exclusão social. Esperamos que a escola seja um ambiente harmônico e acolhedor, apesar de percebermos que, de uma forma geral, a instituição é insalubre e segregatória.

O interesse em investigar o tema surgiu a partir das vivências da minha própria história². Como mulher transexual e professora de escola pública, pude *sentir na pele* todo o preconceito e falta de empatia pela minha identidade dentro do ambiente escolar.

Durante toda a trajetória escolar fui segragada e impedida de exercer meus mínimos direitos de existência. No Ensino Fundamental, as práticas de *bullying* dentro da sala de aula, e em todos os outros ambientes da escola, eram constantes. Insultos, apelidos, dentre outras formas de violência, porém, nunca chegaram a me agredir fisicamente, como algumas amigas do interior do Estado do Ceará que conheço.

Lembro bem que tudo isso acontecia e a maioria dos professores sequer esboçavam algum repúdio pela situação. No Ensino Médio, já com um nível maior de conhecimento sobre os meus direitos, pude me afirmar como mulher transexual. Porém, os desafios encontrados no Ensino Fundamental eram só o começo de uma série de tabus que teria que enfrentar e *quebrar* durante a vida.

Fui xingada durante muito tempo, assim que entrava pelo portão da escola. Lembro-me bem que, na época, estudava pela manhã, minha aula iniciava às 7h e terminava 11:45h. Todo esse período eu não ia ao banheiro, pois tinha receio de sofrer algum tipo de violência por parte dos meninos (caso fosse no banheiro masculino) e não podia usar o banheiro feminino. Não existia na legislação estadual naquela época nada que garantisse o uso do nome social, o que potencializava ainda mais situações vexatórias no dia a dia.

Mas, toda essa situação, ao invés causar enfraquecimento, fortalecia-me. Sentia a necessidade de mostrar aos agressores que eu era a melhor em tudo o que fazia, por isso estudava bastante. Nas avaliações, sempre apresentava as melhores notas de todos os turnos (segundo relato dos próprios professores), nos seminários sempre me destacava (com a ajuda de outros LGBTs³, que também vivenciavam situações semelhantes).

Uma recordação que marcou bastante essa etapa da minha trajetória escolar foi quando participei de uma seleção de estágio ofertada pelo município no qual estudava. Para nossa instituição eram disponibilizadas 21 vagas. Os alunos seriam escolhidos

2. A narrativa se dá a partir das experiências pessoais, profissionais, de formação e de pesquisa da Professora Erikah Pinto Souza, autora principal do presente estudo. Os outros autores são colaboradores. Assim, em alguns momentos, devido ao relato pessoal da referida autora, a linguagem do texto se encontra em primeira pessoa.

3. Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgênero. Embora a sigla possua algumas variantes, sempre que utilizarmos a mesma neste artigo estaremos nos referindo a toda a diversidade identitária do comportamento humano.

por suas notas em ordem decrescente. O primeiro colocado foi selecionado com a média 9,5, fiquei na 6ª colocação com a média 9,1 (levando em consideração que empatei com o 3º, 4º e 5º lugares, mas como o critério de desempate era ter mais idade acabei descendo um pouco).

Os 21 estudantes foram selecionados dentre os quase 600 alunos de turmas de 1º ano do Ensino Médio, nos três turnos da escola. Fui selecionada, fiz a prova do estágio e passei. Estagiei na Prefeitura de Maracanaú nos anos de 2003 e 2004, correspondentes aos 2º e 3º anos. Essa seleção foi uma divisora de águas no processo de afirmação da minha identidade. Pude perceber que após a experiência muitos passaram a me olhar com outros olhos. Acredito que perceberam que, para além da mulher transexual que era desrespeitada cotidianamente, era alguém que se esforçava e estudava muito.

Com o tempo, já no 3º ano, às vésperas do vestibular, consegui vencer mais uma barreira, fui aprovada na 1ª fase do vestibular da Universidade Federal do Ceará – UFC, para o curso de Engenharia de Alimentos. Dentre os alunos da escola que prestaram o vestibular, fui uma dos seis que obteve sucesso na aprovação. No mesmo período, fiz o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que proporcionava através do seu resultado bolsas de estudos de até 100% para os alunos que obtivessem média satisfatória através do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Com a nota consegui uma bolsa de 100% para o curso de Administração na Faculdade de Tecnologia do Nordeste – FATENE. Na época, como o curso de Engenharia de Alimentos era diurno e o de Administração era noturno, pela necessidade de trabalhar, optei por Administração, que foi minha primeira graduação concluída.

Na busca pelo respeito, *quebrei* diversos paradigmas e *derrubei* muitas barreiras, que são os motivos pelos quais a grande maioria das pessoas trans abandonam a escola. Porém, gostaria de salientar que a busca por afirmação foi pautada pelo paralelo de querer ser a melhor em tudo para provar para a sociedade que eu estava para além da minha identidade de gênero, mas que isso não é algo que se deva ter como norte, pois pessoas transexuais não precisam estar constantemente provando que são as melhores em tudo para conquistarem seus espaços, elas podem ser estudantes que não têm tanto interesse em determinada disciplina e que nem sempre terão as melhores notas, mas que são como qualquer outro e merecem respeito em sua existência.

Toda essa narrativa, envolvendo aspectos da minha trajetória na instituição escolar, influenciou diretamente na construção do presente artigo. Para a realização deste estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica em um primeiro momento para se discutir a problemática da situação de violência e segregação que as pessoas transexuais vivenciam diariamente no Brasil. Em seguida, realizou-se uma pesquisa de campo em quatro escolas não identificadas na região metropolitana de Fortaleza com o intuito de verificar o número de matrículas de pessoas transexuais e/ou travestis nas instituições. A abordagem foi de natureza qualitativa (MINAYO, 2004), uma vez

que ao lidar com seres humanos, é preciso se aproximar de uma compreensão mais subjetiva e não técnica, valorizando aspectos que escapam aos métodos quantitativos.

2 | TRANSEXUALIDADE: DESCOBERTA DE SI, VIOLÊNCIA E INCOMPREENSÃO

As violências sofridas por LGBTQs no Brasil é alarmante. Esse quadro está sempre sendo endossado pelo que chamam de *padrão* e quem está fora desse rótulo não merece ter direitos ou respeito. Conforme Medeiros (2017), qualquer pessoa que se distancie do padrão considerado *normal* será estigmatizado e sofrerá violência e interdição. O pesquisador cita Goffman ao afirmar que os estigmas estão relacionados aos desvios sociais. No caso das pessoas LGBTQs, que se encontram à margem da sociedade há séculos, tais marcas se tornam mais explícitas.

A transfobia, a homofobia e o machismo são frutos de uma cultura patriarcal, subversiva, que nos impõe atitudes e padrões de comportamento, limitando o ser humano de ser o que ele é. Criam-se normas que são perpetuadas de geração em geração. No entanto, existe um movimento de resistência e persistência contra tais repressões.

O Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais no mundo. O Site Homofobia Mata⁴ apresenta inúmeras pesquisas relacionadas à violência LGBTQ. Contabiliza diariamente casos de violência que culminam em morte. Até o mês de outubro de 2018, ocorreram no Brasil 346 mortes movidas por ódio contra essa população. Os quantitativos só crescem e a cada dia que passa presenciamos diversas situações de desrespeitos e retrocessos contra essas pessoas. Os discursos de ódio disseminados nas redes sociais resultam em violências desenfreadas nas ruas e que assolam, principalmente, aquelas que não tiveram chances de escolarização, portanto, de profissionalização.

As vivências de pessoas transexuais e travestis por si só já são um ato de resistência. Diferentemente de gays, lésbicas e bissexuais, aquelas não têm como *esconder* suas mudanças de aparência, através de comportamentos heteronormativos, conforme ressalta Louro (2000), quando diz que, que tais posturas são partes de uma ideia central da representação hegemônica do gênero e da sexualidade que poderia definir uma coerência *natural* entre sexo-gênero-sexualidade. Isto é, cada sexo só poderia se interessar pelo sexo oposto (sexualidade heterossexual) e esse interesse seria fortalecido pela possibilidade reprodutiva.

Fazendo uma recapitulação das etapas do desenvolvimento humano no processo de construção histórica de pessoas transexuais e travestis, não é difícil nos depararmos com inúmeras situações que são relevantes para a percepção das atitudes que justificarão o processo transitório no futuro.

Os comportamentos são visíveis, porém, muitas vezes podados, devido à

4. Disponível em: < <https://homofobiamata.wordpress.com/>>. Acesso em: Dez/2018.

cultura patriarcal e machista, em que existem brinquedos/brincadeiras de menina e brinquedos/brincadeiras de menino e que um não pode *invadir* o universo do outro. Muito embora as relações afetivas entre pais e filhos da contemporaneidade estejam mudando, ainda encontramos muita resistência por parte de alguns.

A perspectiva machista sobre sexualidade perpassa a vivência de casa e segue rumo à escola. Na educação infantil, assim como algumas situações de casa, as professoras, também por terem vivido essa construção machista, validam questões relativas ao comportamento da criança, sempre fortalecendo os preconceitos em atitudes cotidianas do fazer pedagógico, como, por exemplo, afirmar que azul é cor de menino e rosa é cor de menina.

Na adolescência, fase mais difícil e conturbada no processo de transexualidade/travestilidade, começam as percepções acerca da existência e do porquê não se identificarem com aquela história, com aquele corpo. Iniciam-se os conflitos de afirmação na busca da concretização dessa mudança. Por muitas vezes, mulheres e homens transexuais e travestis se submetem a riscos, como no caso do uso de hormônios sem a devida prescrição médica. Com o início do processo hormonal, fica praticamente impossível *esconder* toda a luta interna e que a cada dia fica mais visível.

3 | DE CASA À ESCOLA: QUEM TEM DIREITO À EDUCAÇÃO?

Atualmente, existe um discurso muito difundido de resgate aos valores da família tradicional. Tal concepção, muitas vezes, exclui os múltiplos arranjos familiares que existem na sociedade, tais como as famílias homoafetivas, produções independentes e uniparental, dentre outros. No entanto, esquece-se que essa ideia de família de afeto e união que está cristalizada no imaginário popular não é universal e nem sempre se efetiva na prática. Dessa forma, sobre a relação social da família e a construção do sujeito, podemos nos remeter ao sociólogo Durkheim (*apud* MEDEIROS, 2015):

A família é o primeiro espaço social o qual frequentamos, bem como, posteriormente, a pátria e a humanidade. Essas etapas ou progressões sociais nos preparam para a fase seguinte, que é a vida em sociedade, o ser social [...] Dessa forma, a família, em sua essência, constitui-se como instituição educativa, de repasse da norma e da cultura, não podendo ser restringida a única função de procriação.

No entanto, em relação às pessoas transexuais, a família é o primeiro espaço social que exclui e segrega. A afinidade por trajes e adereços femininos (que muitas vezes são da mãe, tia, irmãs ou amigas), no caso de mulheres transexuais, são um dos comportamentos que mais chamam atenção. Quase todas utilizam tais vestimentas clandestinamente para possibilitar um pouco de realização pessoal momentânea. Tais atitudes, quando são notadas, começam a ser reprimidas, causando frustrações irreparáveis e que, na maioria das vezes, também resulta na expulsão de casa.

Os comportamentos das pessoas transexuais, geralmente, não correspondem ao gênero ao qual biologicamente nasceram. É bem difícil praticar atividades que

são ditas como *atividades de menino* se a criança se interessa pelas atividades ditas de *meninas*. Por isso, tanto em casa quanto na escola, são proporcionadas diversas situações de sofrimento, que serão acompanhadas durante o próprio desenvolvimento humano, que por si só já é complicado, como é caso do processo de puberdade na adolescência.

Iniciada a transformação, vem o primeiro grande desafio: o de conquistar o respeito dos pais e da família. Na maioria dos casos, as tentativas de conscientização são frustradas, sendo nesse momento que se inicia o processo de exclusão.

Dentro de casa, o ambiente se torna hostil e insuportável. Negação da existência, maus tratos e, por último, a expulsão. Apesar dos conflitos familiares diários, essas pessoas veem na escola a possibilidade de externarem os seus desejos em mudar e esperam o apoio por parte dos colegas e professores.

Pensar na escola como ambiente acolhedor e harmônico é algo que deveria ser uma certeza, porém, a realidade dos fatos nos assusta, principalmente quando nos deparamos com relatos de pessoas transexuais e travestis e percebemos que a realidade está bem distante de ser essa.

Quando analisamos o contexto de várias escolas percebemos que os conflitos relacionados à sexualidade são sempre intensos. Para mulheres cis⁵, por exemplo, a objetificação e a inferiorização é nítida em algumas atitudes, tais como: grupos de meninos que se reúnem na hora do intervalo nos corredores para ficar *mexendo* com as meninas que passam, o conhecido *bullying sexual*.

No caso de mulheres e homens transexuais e travestis, as violências são mais contundentes. Cotidianamente, tomamos conhecimento, através das redes de comunicação, de inúmeras situações: impedimentos de entrar no banheiro correspondente a sua construção social, negação do direito do uso do nome social por parte de professores e gestores (em que a maioria desconhece as legislações existentes sobre o assunto), deslegitimação das suas identidades através do impedimento do uso das vestimentas que condizem com o seu gênero, dentre outras situações.

Louro (2004) destaca que a escola, desde a sua criação, separa e segrega os sujeitos. Primeiro separou quem poderia estudar ou não, uma forte questão de classe social permeou, e ainda permeia, a escola. Em seguida, segregou às mulheres uma educação voltada para o lar, treinando meninas para os cuidados domésticos, enquanto aos meninos era ensinado as matemáticas. Atualmente, meninos e meninas convivem nos mesmos espaços escolares, realidade essa relativamente recente na história da educação do Brasil.

A autora informa que a escola está repleta de normas de gênero explícitas e implícitas. Em pleno século XXI ainda há distinções de gênero na instituição. Meninos e meninas são avaliados, muitas vezes, a partir de critérios que levam em conta o comportamento do seu gênero: o menino, por ser concebido como sendo mais agressivo, em alguns casos, é avaliado negativamente, ao passo que as meninas

5. Cisgênero é o indivíduo que se apresenta ao mundo e se identifica com seu gênero biológico.

podem ser bem avaliadas por serem consideradas mais dóceis. Diversas brincadeiras são demarcadas por concepções de gênero pautadas em questões biológicas.

Esse quadro é fruto de uma concepção binária de gênero, a qual está alicerçada numa sociedade patriarcal com fortes traços machistas, o que reflete na conduta e construção de identidade de todos os sujeitos. Assim, as diversas formas de ser homem e de ser mulher acabam sendo (de)limitadas em padrões e estereótipos que anulam a diversidade do comportamento humano.

As marcas de violência e exclusão são mais nítidas quando entram em cena a população LGBT, sobretudo as pessoas transexuais, que *borram* frontalmente as demarcações de gênero. Recorrendo à célebre frase de Beauvoir (*apud* MEDEIROS, 2017), podemos questionar: não se nasce mulher, torna-se. “Nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a mulher ou a fêmea humana assume no seio da sociedade” (p. 593).

A escola não comporta a diversidade do comportamento humano. Muitos sujeitos acabam sendo barrados em seus processos educativos por não se enquadrarem no padrão dito como normal: branco, heterossexual e cisgênero. Concordamos com Andrade (2012) quando afirma que muitas alunas e alunos travestis e transexuais são excluídos e expulsos da instituição. Essa situação não se dá de uma hora para outra, muitas vezes, tal expulsão ocorre de forma indireta, em que o sujeito trans não encontra espaço para exercer a sua personalidade, sendo exposto a diversas formas de violência diariamente.

Dentre os vários motivos que levam essa população a abandonar a escola, existe um que para é o mais cruel, a violência física. Durante minha caminhada e militância já ouvi relatos de meninas transexuais que foram apedrejadas por colegas ao tentarem frequentar o ambiente escolar, um ato desumano de negação de direitos que perpassa a racionalidade e nos faz pensar: que mundo é esse que vivemos? Muita falta de empatia para com nossos semelhantes.

4 | DAS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS AO RETRATO DAS ESCOLAS

A escola se torna um dos ambientes mais violentos que a pessoas trans enfrentam durante a sua vida. Nesse sentido, Medeiros (2012) apresenta dados sobre violência no ambiente escolar da pesquisa desenvolvida em 2007 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), juntamente com o Ministério da Educação (MEC) e o Governo Federal, com a publicação dos Cadernos SECAD 4 “Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos”. Os resultados mostram que dentre sete instituições sociais a escola aparece como o espaço mais violento que as pessoas LGBTs frequentam ao longo da vida.

Essas pesquisas apontam a urgência em se tratar o assunto de maneira mais consistente no ambiente escolar. A escola ao silenciar a homossexualidade,

Em outra pesquisa, Medeiros (2017) aponta que os professores apresentam resistência em abordar questões relacionadas à sexualidade humana, sobretudo a questão LGBT. Alguns professores acabam por imprimir em suas práticas concepções pessoais carregadas de preconceitos e/ou estigmas em relação a essa população. A justificativa para não se realizar o debate inclusivo na escola, muitas vezes, alicerça-se em princípios religiosos.

Dessa forma, podemos perceber que a invisibilidade da população transexual dentro do ambiente escolar, somada aos fatores internos de violências, cada vez mais acometem a evasão escolar.

Com base nos motivos pelos quais não visualizamos mulheres e homens transexuais e travestis na escola, foi realizada uma pesquisa em quatro municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – CE, os quais denominaremos como *Município X*, *Município Y*, *Município Z* e *Município W*. Nesses municípios, visitamos algumas escolas (Rede Municipal e Rede Estadual), das quais destacamos uma para cada município e denomino de *Escola A*, *Escola B*, *Escola C* e *Escola D*.

Na *Escola A* do *Município X*, pudemos perceber que as temáticas *gênero e sexualidade* são amplamente discutidas, através de seminários, rodas de conversa, palestras, dentre outros. Uma escola que tem um grupo docente e gestores abertos ao diálogo com a temática LGBT, muito embora existam ainda alguns que não sigam a linearidade democrática de uma educação diversa e plural. Com relação ao número de matrículas de mulheres e homens transexuais e travestis, é zero.

Na *Escola B*, do *Município Y*, realizamos uma busca ativa de ações que contemplassem minimamente as questões de gênero. Porém, o que observamos, foi que essas temáticas não estão pautadas como *importantes*, segundo um dos gestores. Com relação ao número de matrículas dessa população, também foi zero.

Já na *Escola C*, do *Município Z*, tivemos uma surpresa. Uma escola com gestores que assumem padrões religiosos (segundo o que pudemos observar, já que o lema da escola é: *Educando com amor e fé*), mas que está totalmente aberta à construção de políticas afirmativas de gênero e sexualidade. Ouvimos relatos sobre rodas de conversas, seminários e execução de projetos (com abrangência estadual).

Ficamos ainda mais contentes quando perguntamos sobre os quantitativos de matrículas de mulheres e homens transexuais e travestis. No ano de 2016 teve uma menina transexual e nos anos de 2017 e 2018 outra. Os gestores também relataram que sempre faziam divulgações sobre a resolução do nome social para os alunos e que no ano de 2016 foram a primeira escola que solicitou via SEDUC (Secretaria de Educação do Ceará) a inclusão do nome social dessa aluna transexual no SIGE (Sistema Interno de Gestão Escolar).

Por último, na *Escola D*, no *Município W*, constatamos que a escola executava projetos com a temática *gênero e diversidade sexual*, mesmo que de forma limitada.

Segundo a coordenadora, falta propriedade por parte dos professores, somado com o desinteresse sobre assunto por parte dos mesmos. A matrícula de alunos e alunas mulheres transexuais e travestis também foi zero.

Os dados coletados apontam para a necessidade do comprometimento do poder público na criação de políticas públicas para uma educação sem Transfobia, com ações de inclusão na rede de ensino, que devem ir desde a capacitação dos profissionais da educação (gestores, professores e funcionários) para que esses compreendam o reconheçam as várias identidades trans, garantindo o respeito ao gênero o qual cada uma pertence, garantindo assim acesso dessa população aos espaços de socialização, mesmo que estes sejam separados por gêneros (atividades físicas e recreativas e no uso do banheiro).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se necessário que a escola construa um espaço reflexivo acerca da superação dos preconceitos e das desigualdades e assim possa se tornar um espaço de acolhimento, construção de cidadania e igualdade de oportunidades para todos, até mesmo para os profissionais da educação, garantindo o acesso de novas práticas pedagógicas, de convivência para além da sala de aula, buscando o envolvimento da família, compreendendo as vulnerabilidades que impossibilitam o acesso e a permanência, buscando alternativas e ações de amparo sempre que necessário.

É imprescindível que tenhamos a consciência de que o combate à discriminação e ao preconceito, sejam eles de qualquer natureza, deva ser potencializado. Devemos promover uma escola com ações estratégicas que viabilizem o acesso ao conteúdo de gênero e sexualidade. No espaço de formação inicial (universidades) temos que garantir todas essas discussões para que possamos, desde a base, concretizar uma ação multiplicativa/afirmativa, baseada na equidade, pluralidade e na diversidade.

Pensar na escola como ambiente acolhedor e harmônico é algo que deveria ser uma certeza. Porém, a realidade dos fatos nos assusta, principalmente quando nos deparamos com relatos de pessoas transexuais e travestis, percebemos que a realidade está bem distante de ser essa. Os insultos constantes feitos pelos colegas de sala são a *ponta do iceberg* que pode acarretar até em uma futura depressão. O preconceito velado por parte dos professores também atenua as situações constrangedoras sofridas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. Fortaleza, 2012. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes; WEEKS, Jeffrey;

BRITZMAN, Deborah; HOOKS, Bell; PARKER, Richard; BUTLER, Judith. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MEDEIROS, Jarles Lopes de. **Sexualidade e educação: aspectos sociais, antropológicos e educacionais**. Fortaleza, 2012. 82f. Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

_____. **Família e sexualidade: itinerários seculares**. Anais do XIV Congresso de História da Educação do Ceará: História de Mulheres – Amor, Violência e Educação. Universidade Regional do Cariri, Crato, 2015.

_____. **Professoras transexuais no Ceará: primeiras aproximações de pesquisa**. Anais do XVI Congresso de História da Educação do Ceará: Histórias do Corpo, Religião e Educação. Icó, Ceará, 2017.

_____. **A escola e os professores diante da problemática da sexualidade: uma perspectiva histórico-sociológica dos discursos e das práticas educacionais**. Fortaleza, 2017. 182 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). Universidade Federal do Ceará, 2017.

MYNAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-480-1

